

SUMÁRIO

AJUDE O AUTOR A MANTER ESTA OBRA.....	7
SOBRE O AUTOR	9
OBRAS DO AUTOR.....	13
1. Livros Individuais	13
2. Livros Coletivos	14
3. Capítulos de Livros Publicados.....	17
4. Artigos Publicados em Revistas Jurídicas.....	24
5. Livro em homenagem	33
AGRADECIMENTOS.....	35
ABREVIATURAS E SIGLAS	51
LISTA DE FIGURAS	57
LISTA DE QUADROS.....	59
LISTA DE DIVERGÊNCIAS.....	61
APRESENTAÇÃO	63
COMO USAR ESTE LIVRO (INTERATIVIDADE).....	69
FONTES DE CONHECIMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	75
1. Recopilações de leis e atos normativos	75
2. Jurisprudência	76
3. Tratados, cursos e manuais	86
4. Revistas jurídicas (impresas e <i>on-line</i>).....	89
5. Internet	110
6. Buscadores, repositórios e redes sociais	112
7. Catálogos.....	114
8. Legislação	120
9. Diários Oficiais	120
10. Diário da Justiça.....	121
11. Bancos de dados.....	123
12. Prática administrativa.....	124
13. Casotecas.....	124
14. Institutos de direito administrativo.....	125
15. Arbitragem	127

PARTE III
RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS/IMATERIAIS

CAPÍTULO XII - RECURSOS HUMANOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (AGENTES PÚBLICOS) 131

12.1 Breves apontamentos sobre a evolução do regime jurídico dos recursos humanos das Administrações Públicas	131
12.2 Pessoas físicas como órgãos que manifestam a vontade estatal	135
12.3 Agentes públicos	136
12.3.1 Agentes públicos sem vínculo jurídico formal (agentes de fato).....	137
12.3.2 Agentes públicos com vínculo jurídico formal (agentes de direito)	138
12.4 Agentes vinculados às pessoas jurídicas de direito privado.....	141
12.5 Agentes vinculados às pessoas jurídicas de direito público.....	142
12.5.1 Agentes políticos.....	142
12.5.1.1 Regime jurídico aplicável aos agentes políticos	144
12.5.2 Particulares em colaboração.....	146
12.5.3 Empregados públicos	149
12.5.3.1 Regime jurídico aplicável aos empregados públicos	150
12.5.3.1.1 Obrigatoriedade de concurso público.....	150
12.5.3.1.2 Contratação sem concurso.....	150
12.5.3.1.3 Necessidade de motivação e de critérios objetivos e imparciais para dispensa	151
12.5.3.1.4 Direito de greve.....	152
12.5.3.1.5 Contratação de seguro para proteção dos dirigentes	152
12.5.3.1.6 Litígios trabalhistas	153
12.5.3.1.7 Transferência para acompanhar cônjuge ou companheiro.....	154
12.5.4 Militares	154
12.5.4.1 Regime jurídico aplicável aos militares	155
12.5.5 Agentes administrativos civis	158
12.5.5.1 Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias	161
12.5.5.2 Servidores temporários.....	162
12.5.5.3 Servidores estatutários	164
12.5.5.3.1 Cargos públicos.....	167
12.5.5.3.2 Espécies de cargos públicos	170
12.5.5.3.2.1 Cargos vitalícios.....	170
12.5.5.3.2.2 Cargos em comissão.....	172
12.5.5.3.2.3 Cargos de dirigentes de agência reguladora.....	176

12.5.5.3.2.4 Cargos efetivos.....	177
12.5.5.3.3 Situação anômala	180
12.6 Tipos de tomadores de decisões	180
12.7 Diferentes formas de recrutamentos: concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado.....	182
12.7.1 Etapas comuns nas formas de recrutamentos	187
12.7.1.1 Solicitação e autorização do concurso público	187
12.7.1.2 Atribuição do planejamento e da execução à comissão organizadora ou ente ou órgão público especializado	188
12.7.1.3 Divulgação do edital: edital como lei das diferentes formas de recrutamentos	190
12.7.1.3.1 Requisitos de participação/capacidade.....	196
12.7.1.3.1.1 Nacionalidade brasileira.....	197
12.7.1.3.1.2 Gozo dos direitos políticos.....	197
12.7.1.3.1.3 Quitação das obrigações militares e eleitorais	198
12.7.1.3.1.4 Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.....	198
12.7.1.3.1.5 Idade mínima de dezoito anos.....	198
12.7.1.3.1.6 Aptidão física e mental.....	199
12.7.1.3.1.7 Não ter penalidade disciplinar de demissão ou ser destituído de cargo em comissão	199
12.7.1.3.2 Reserva de vagas	200
12.7.1.3.2.1 Negros (pretos ou pardos)	201
12.7.1.3.2.2 Indígenas	206
12.7.1.3.2.3 Quilombola.....	207
12.7.1.3.2.4 Pessoas portadoras de deficiência	207
12.7.1.3.2.5 Outras	208
12.7.1.3.3 Técnica do afunilamento ou cláusula de barreira.....	209
12.7.1.3.4 Prazo de validade e prorrogação	209
12.7.1.4 Abertura das inscrições	212
12.7.1.5 Seleção dos candidatos.....	214
12.7.1.5.1 Instrumentos de aferição do desempenho: provas ou provas e títulos	214
12.7.1.5.1.1 Teste de aptidão física	218
12.7.1.5.1.2 Avaliação psicológica (teste psicotécnico)	219
12.7.1.5.1.3 Avaliação da vida pregressa.....	221
12.7.1.5.1.4 Tempo de atividade jurídica.....	221
12.7.1.5.2 Banca examinadora e correção das provas.....	222
12.7.1.5.2.1 Gabarito errado ou ausência de resposta correta.....	224

12.7.1.5.2.2 Mais de uma opção correta	224
12.7.1.5.2.3 Matérias não previstas no edital	226
12.7.1.5.2.4 Erro material na formulação das questões	226
12.7.1.5.2.5 Quando a resposta mereceria pontuação maior e foi-lhe atribuída nota zero	227
12.7.1.5.2.6 Quando não se leva em consideração respostas que deveriam ter sido consideradas	228
12.7.1.5.2.7 Negar pontuação à resposta formulada de acordo com precedente obrigatório nos tribunais superiores	230
12.7.1.5.3 Curso ou programa de formação	230
12.7.1.6 Resultado e recursos	231
12.7.1.7 Homologação e convocação para posse	232
12.8 Acumulação de cargos públicos	235
12.8.1 Compatibilidade de horário	237
12.8.2 Teto remuneratório	238
12.8.3 Emprego privado ou exercício de profissão liberal	239
12.8.4 Providências em casos de acumulação indevida	241
12.9 Provimento	242
12.9.1 Tipos de provimento	242
12.9.1.1 Provimento originário: nomeação	243
12.9.1.2 Provimento derivado	246
12.9.1.2.1 Provimentos derivados de amparo constitucional	247
12.9.1.2.1.1 Promoção	247
12.9.1.2.1.2 Readaptação	250
12.9.1.2.1.3 Reintegração	251
12.9.1.2.1.4 Recondução	254
12.9.1.2.1.5 Aproveitamento	256
12.9.1.2.2 Provimentos derivados de amparo estatutário: reversão	257
12.10 Estágio probatório e estabilidade	259
12.11 Carreira funcional e direitos dos servidores	264
12.11.1 Direito ao cargo	264
12.11.2 Progressão funcional	265
12.11.3 Remoção	265
12.11.4 Redistribuição	266
12.11.5 Licença	268
12.11.6 Afastamento	269
12.11.7 Capacitação e aperfeiçoamento	269
12.11.8 Disponibilidade	270

12.11.9 Jornada de Trabalho	271
12.11.10 Férias e descanso semanal.....	271
12.11.11 Greve, negociação coletiva e associação sindical	272
12.11.12 Remuneração e subsídio.....	278
12.11.12.1 Incorporação.....	280
12.11.12.2 Regime jurídico da remuneração e dos subsídios	280
12.11.12.3 Verba indenizatória	285
12.11.13 Ambiente de trabalho sustentável	286
12.12 Alteração unilateral do regime jurídico estatutário e o direito adquirido ..	288
12.13 Deveres e regime disciplinário.....	290
12.13.1 Sindicância investigativa ou inquisitorial e punitiva ou acusatória	292
12.13.2 Investigação preliminar sumária (IPS).....	293
12.13.3 Processo administrativo disciplinar (PAD).....	294
12.14 Desprovisamento ou vacância do cargo público	297
12.14.1 Exoneração	298
12.14.2 Perda do cargo por adequação ao limite de despesas com pessoal	299
12.14.3 Demissão	300
12.14.4 Falecimento	300
12.14.5 Perda da nacionalidade.....	300
12.14.6 Promoção e Readaptação	300
12.14.7 Aposentadoria	300
12.14.7.1 Proventos e pensões	305

CAPÍTULO XIII - RECURSOS MATERIAIS E IMATERIAIS (BENS PÚBLICOS) DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

309

13.1 Os bens e o patrimônio das Administrações Públicas.....	309
13.1.1 Domínio público.....	310
13.1.2 Domínio privado ou patrimonial.....	311
13.1.3 Domínio coletivo.....	312
13.1.4 Domínio de interesse público.....	313
13.2 Domínio eminente.....	314
13.3 Conceito de bens públicos.....	316
13.3.1 Elementos constitutivos do conceito	317
13.3.1.1 Bens jurídicos (bens e coisas)	317
13.3.1.2 Pertencentes a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado integrantes da Administração Pública que estejam afetados à prestação de um serviço público ou a outra finalidade pública	318

13.3.1.3 Submetidos ao regime jurídico de direito público	322
13.3.1.3.1 Inalienabilidade relativa (alienabilidade condicionada).....	323
13.3.1.3.2 Impenhorabilidade.....	324
13.3.1.3.3 Impossibilidade de oneração	325
13.3.1.3.4 Imprescritibilidade	326
13.3.1.4 Àqueles que, pela Constituição ou por lei, é estabelecida uma proteção especial.....	327
13.4 Princípios setoriais relativos a bens públicos.....	328
13.5 Função social dos bens públicos	328
13.6 Classificação de bens públicos.....	329
13.6.1 Quanto à titularidade	329
13.6.2 Quanto à destinação	329
13.6.2.1 Bens de uso comum do povo	330
13.6.2.2 Bens de uso especial.....	332
13.6.2.3 Bens dominicais	334
13.7 Aquisição de bens para o patrimônio público	335
13.8 Afetação ou desafetação (consagração ou desconsagração)	336
13.9 Utilização e exploração por particular de bens públicos.....	341
13.9.1 Uso/fruição comum ou normal.....	344
13.9.2 Uso/fruição especial ou anormal (privativo).....	346
13.9.3 Uso/fruição compartilhado	348
13.10 Restrição quanto ao uso por particular de bens públicos	349
13.11 Consentimento estatal pelo uso por particular de bens públicos.....	349
13.11.1 Autorização de uso de bem público	352
13.11.1.1 Autorização condicionada ou qualificada a um prazo determinado ...	353
13.11.2 Permissão para uso de bem público	354
13.11.2.1 Permissão condicionada ou qualificada a um prazo determinado	355
13.11.3 Cessão de uso de bem público	355
13.11.4 Concessão de uso especial para fins de moradia.....	356
13.11.5 Concessão para uso de bem público.....	357
13.11.6 Concessão de direito real de uso	359
13.11.7 Aforamento ou enfiteuse	359
13.12 Remuneração pelo uso por particulares de bens públicos.....	360
13.12.1 Preço.....	362
13.12.2 Taxa de polícia	363
13.13 Limites e condicionantes do acesso de outros sujeitos da Administração aos bens públicos.....	363
13.14 Inventário de bens e direitos	364

13.15 Reintegração de posse de bens públicos	364
--	-----

PARTE IV ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO XIV - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	367
--	------------

14.1 Atividade funcional da Administração.....	367
14.2 Manifestações ou formas de atuação administrativa clássicas.....	368
14.2.1 Atividade de polícia	369
14.2.2 Atividade de serviço público.....	371
14.2.3 Atividade de fomento.....	375
14.3 Substituição da atividade de fomento pela administração regulatória	379
14.4 Dificuldade de enquadramento	379
14.5 Exercício das atividades administrativas por outros poderes.....	381

CAPÍTULO XV - ATIVIDADE ORDENATÓRIA OU LIMITATÓRIA (POLÍCIA ADMINISTRATIVA).....	383
---	------------

15.1 Surgimento e críticas à expressão poder de polícia	383
15.2 O fim da atividade clássica de polícia (ordem pública e segurança cidadã)	387
15.3 Fundamentos e sentidos da expressão poder de polícia	391
15.3.1 Diferença entre poder e função de polícia.....	394
15.3.2 Polícia administrativa e polícia judiciária	396
15.4 Utilização do termo atividade ordenatória ou limitatória	398
15.5 Conceito	399
15.6 Elementos constitutivos do conceito.....	400
15.6.1 Atividade administrativa, baseada em lei ou na Constituição, que tem por objeto limitar, restringir ou condicionar.....	400
15.6.2 O exercício de outros interesses.....	401
15.6.3 Para a realização dos interesses públicos, da boa administração e da administração de resultado.....	401
15.6.4 De forma que compatibilize direitos e deveres existentes	402
15.6.5 Disciplinando o exercício da autonomia privada e, excepcionalmente, da pública (criando obrigações de não fazer e de fazer).....	402
15.6.6 Por meio de ações de comando, consentimento, fiscalização e sanção ...	404

15.6.7 Tendo como finalidade possibilitar uma convivência social ordeira e valiosa	406
15.7 Formas de atuação (ciclo de polícia).....	407
15.7.1 Comando/ordem de polícia	408
15.7.2 Consentimento de polícia.....	411
15.7.2.1 Novos meios de consentimento de polícia	414
15.7.3 Fiscalização de polícia	416
15.7.4 Sanção de polícia.....	418
15.7.4.1 Aplicação da sanção	419
15.7.4.1.1 Tipificação.....	425
15.7.4.1.2 Qualificação	427
15.7.4.1.3 Graduação	427
15.7.4.1.4 Quantificação	429
15.7.4.2 Acordos substitutivos/suspensivos.....	430
15.7.4.2.1 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	430
15.7.4.2.2 Medida Reparadora de Conduta (MRC)	432
15.7.4.2.3 Natureza jurídica dos TACs e das MRCs	434
15.7.4.2.4 Caráter substitutivo ou suspensivo.....	436
15.7.4.3 Prescrição punitiva	438
15.8 Competência.....	439
15.9 Possibilidade de descentralização e de delegação.....	442
15.10 Taxa sobre o poder de polícia	449

CAPÍTULO XVI - ATIVIDADE PRESTACIONAL/EXPLORATÓRIA (SERVIÇO PÚBLICO E ATIVIDADE ECONÔMICA EM SENTIDO ESTRITO)

.....	453
16.1 Surgimento da Teoria do Serviço Público	454
16.2 A concepção de serviço público da escola de <i>Bordeaux</i> ao Estado social de direito	457
16.3 Ordem econômica e a sua influência na noção de serviço público hoje (serviço público como prestações transferidas da sociedade para o Estado)	461
16.4 Conceito de serviço público	470
16.4 Elementos constitutivos do conceito.....	470
16.4.1 Toda atividade prestacional (econômica ou social) que a Administração efetua de forma direta, indireta, complexa ou unilateral.....	470
16.4.2 Com ou sem reservas de titularidade, desde que sempre sob normas e controles estatais	473

16.4.3	Visando satisfazer necessidades essenciais (e secundárias) ao desenvolvimento da sociedade, porém fluíveis individualmente.....	474
16.4.4	Objetivando sempre um interesse público	477
16.4.5	Sobre regime jurídico total ou parcial de direito público, porém sempre com predominância desse último	477
16.4.6	Com menção na Constituição ou em lei.....	478
16.4.6.1	Corrente constitucionalista	478
16.4.6.2	Corrente essencialista.....	480
16.4.6.3	Corrente convencionista-legalista	480
16.4.6.4	Corrente mista/híbrida (essencialista-legalista)	481
16.4.7	Desde que em consonância com os princípios fundamentais, gerais e setoriais da ordem econômica e tendo o ente federativo a competência para a sua instituição	482
16.5	Distinção entre teoria, técnica e ideologia do serviço público	483
16.6	Serviço público <i>versus public utilities</i>	483
16.7	Serviço público <i>versus</i> serviço de interesse econômico geral	485
16.8	Serviço público <i>versus</i> serviço universal	496
16.9	Serviço público <i>versus</i> serviço mínimo	499
16.10	Estrutura jurídico-organizativa brasileira da atividade econômica realizada pelo Estado (diferença entre serviço público e atividade econômica em sentido estrito)	500
16.10.1	Classificação proposta.....	505
16.10.1.1	Serviço público próprio ou econômico	508
16.10.1.2	Serviço público impróprio ou social	512
16.10.1.3	Atividade econômica ou social de interesse público.....	516
16.10.1.4	Atividade econômica em sentido estrito monopolizada.....	518
16.10.1.5	Atividade econômica em sentido estrito não monopolizada.....	521
16.11	Obrigações de serviço público (princípios setoriais)	523
16.11.1	Generalidade	524
16.11.2	Universalidade.....	525
16.11.3	Regularidade	526
16.11.4	Continuidade/Permanência	526
16.11.5	Eficiência.....	531
16.11.6	Cortesia ou urbanidade.....	531
16.11.7	Modicidade remuneratória	531
16.11.8	Atualidade, modernidade, adaptabilidade ou mutabilidade	532
16.11.9	Transparência e abertura	533
16.11.10	Igualdade/isonomia ou uniformidade ou neutralidade.....	533

16.11.11 Segurança	534
16.11.12 Livre acesso às redes (obrigatoriedade de interconexão).....	534
16.12 Compensação por obrigação de serviço público	536
16.13 Competição e serviço público	540
16.13.1 Competição pelo serviço público	540
16.13.2 Competição no serviço público	541
16.13.3 Competição entre serviços públicos.....	543
16.13.4 Competição entre serviços públicos e atividades privadas	543
16.14 Código de defesa do consumidor e serviços públicos.....	543
16.15 Direitos e deveres dos usuários dos serviços públicos.....	545
16.16 Remuneração dos serviços públicos.....	548
16.16.1 Tarifa	552
16.16.2 Taxas	552
16.16.3 Preço público.....	553
16.16.4 Preço que não é público	553
16.17 Intervenção direta na economia (no domínio econômico)	554
16.17.1 Atividade absorviva do Estado	558
16.17.1.1 Absorção exclusiva: nacionalização, estatização ou socialização	559
16.17.1.2 Absorção completa: monopolização ou privilégios exclusivos	564
16.17.1.3 Absorção parcial: reserva de mercado	569
16.17.2 Atividade participativa do Estado na economia.....	570
16.17.2.1 Participação concorrencial	571
16.17.2.2 Participação impositiva	574

CAPÍTULO XVII - ATIVIDADE REGULATÓRIA (INDICATIVA, INCITATIVA E IMPERATIVA)

17.1 Origem do termo regulação.....	578
17.2 Regulação como forma de intervenção do Estado	579
17.3 Conceito técnico-jurídico de regulação.....	582
17.4 Conceito de atividade administrativa regulatória.....	587
17.5 Elementos constitutivos do conceito	588
17.5.1 Atividade administrativa	588
17.5.2 Restrição/interferência intencional nas eleições/escolhas de si ou de terceiros	591
17.5.3 Atos indicativos, incitativos ou imperativos	592
17.5.4 Atingindo e respeitando os mais diversos interesses públicos relacionados à restrição/interferência.....	593

17.6 Heterorregulação ou autorregulação privada heterorregulada pelo Estado	594
17.7 Incumbência da atividade regulatória	595
17.7.1 Ente estatal incumbido da prestação da atividade	598
17.7.2 Administração Direta	599
17.7.3 Autoridades ou entes reguladores independentes (agências reguladoras)	600
17.8 Justificação e crítica da atividade regulatória	601
17.9 Formas de realizar a atividade administrativa regulatória	603
17.9.1 Regulação setorial ou transversal (quanto à abrangência)	603
17.9.2 Regulação hostil ou amiga (quanto ao trato).....	604
17.9.3 Regulação fraca e forte (quanto à intensidade)	605
17.9.4 Regulação protecionista e em favor de outros interesses (quanto aos beneficiários).....	606
17.9.5 Regulação econômica e social (quanto ao fim).....	606
17.9.6 Outras formas existentes	609
17.10 Tipos de atividades regulatórias	612
17.10.1 Atividade regulatória indicativa	614
17.10.1.1 Planejamento	615
17.10.1.2 Conceito de atividade regulatória planejadora	621
17.10.1.3 Elementos constitutivos do conceito	622
17.10.1.3.1 Atividade administrativa interventiva que identifica os objetivos, estabelece as metas e diretrizes prioritárias	622
17.10.1.3.2 Define modos operacionais	624
17.10.1.3.3 Tempo e espaço adequados	624
17.10.1.3.4 Garantia de estrutura e recursos necessários para a orientação e a execução ou não de ações administrativas	625
17.10.1.4 Tipos e níveis de planejamento	625
17.10.1.4.1 Planejamento estratégico	627
17.10.1.4.2 Planejamento tático (administrativo, departamental ou funcional)..	628
17.10.1.4.3 Planejamento operacional	629
17.10.1.5 Tipos de planos	629
17.10.2 Atividade regulatória incitativa	630
17.10.2.1 Estímulo	631
17.10.2.1.1 Críticas à expressão fomento público	633
17.10.2.1.2 Conceito de atividade regulatória estimulativa	634
17.10.2.1.3 Elementos constitutivos do conceito	635
17.10.2.1.3.1 Atividade administrativa intervencionista positiva ou negativa ...	635
17.10.2.1.3.2 Modo não coercitivo (ausência de obrigação do aderente ao estímulo)	636

17.10.2.1.3.3 Visa induzir, instigar, provocar, promover, proteger, propulsar, incentivar, abrigar, dirigir, impulsionar ou fomentar tomadas de decisões de setores específicos	638
17.10.2.1.3.4 Iniciativa privada e, até mesmo, outros entes ou órgãos administrativos	639
17.10.2.1.3.5 Objetivo que determinados interesses públicos sejam atendidos por meio de atividades em favor de toda a coletividade	639
17.10.2.1.3.6 Desafogando a estrutura daquele que o realiza	640
17.10.2.1.3.7 Almejando o desenvolvimento ou progresso econômico ou social (setoriais e regionais)	640
17.10.2.1.3.8 Suprindo eventuais deficiências existentes de forma temporária e transitória, no intuito de alcançar objetivos previstos na Constituição e efetivar direitos fundamentais	641
17.10.2.1.4 Tipos de estímulos/desestímulos	642
17.10.2.1.4.1 Honoríficos	643
17.10.2.1.4.2 Econômicos	643
17.10.2.1.4.3 Jurídicos	647
17.10.2.1.5 Incompatibilidade da outorga dos auxílios (ajudas) de Estado na União Europeia	648
17.10.2.1.6 Diferença entre estímulo e repasse de recursos	650
17.10.3 Atividade regulatória impositiva	650
17.11 Ciclo regulatório	651
17.12 Princípios setoriais	658
17.12.1 Dever de diligência regulatória	658
17.12.2 Planejamento regulatório	659
17.12.3 Obrigatoriedade da Análise de Impacto Regulatório	659
17.12.4 Exigência de consultas e audiências públicas	659
REFERÊNCIAS	661
ANEXO II	672
DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS	672